

CLIPPING IMPRESSO

15/07/2021



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. ESMAM.....	1 - 2
2. JORNAL EXTRA	
2.1. AÇÕES TJMA.....	3
2.2. DESEMBARGADOR.....	4



Treinamento para TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão promoveu, ontem, o curso “O Poder da Ação”, iniciativa realizada com o apoio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão. A transmissão ao vivo do evento aconteceu direto do Auditório da Federação Brasileira de Coach Integral Sistêmico, empresa responsável pelo treinamento.



O TJMA e a Escola Superior da Magistratura do Maranhão promovem, hoje, Aula Magna sobre o “Programa de Apadrinhamento como estratégia de efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em medida protetiva/acolhimento”. A transmissão ao vivo acontecerá pela Plataforma Zoom.

TJMA concede medalha Antonio Vellozo para bispo Dom Xavier Gilles

“A luta pela Justiça tem sua fonte no evangelismo de Jesus”. Com essa declaração, o bispo emérito de Viana, Dom Xavier Gilles de Maupeou D’Ableiges, definiu a essência de sua missão, agradecendo ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), pelo recebimento da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antonio Rodrigues Vellozo, nesta terça-

feira (13), na Casa Episcopal, em São Luís.

A medalha foi entregue pelas mãos do desembargador Raimundo Barros, autor da indicação da outorga da comenda, com aprovação unânime dos desembargadores e desembargadoras, na sessão plenária do dia 11 de outubro de 2017.

A concessão da medalha

foi abalizada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, acompanhado pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha (então presidente da Corte quando da outorga da medalha); pelo arcebispo emérito de São Luís, Dom José Belisário; pelo arcebispo nomeado de São Luís, Dom Gilberto Pastana de Oliveira, que tomará posse no

dia 18 de julho; pelo diácono Renato Fontoura (servidor do TJMA) e pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

A medalha – instituída pela Resolução nº 572013 – é concedida a personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão.



DOM XAVIER GILLES DE MAUPEOU D'ABLEIGES

Pará Figueiredo pode perder mandato por fraude

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) vai decidir no próximo mês se o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Maranhão deve dar prosseguimento à uma ação sigilosa que pode levar à cassação do mandato do deputado estadual Pará Figueiredo (PSL).

Os ministros vão analisar se mantêm ou não a decisão monocrática do ministro Nunes Marques, relator do caso no Supremo. Em maio, o magistrado não reconheceu recurso apresentado pela defesa de Pará Figueiredo, e manteve acórdão proferido pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) no ano passado, determinando ao TRE-MA

que retome o julgamento de uma ação de impugnação de mandato eletivo contra o parlamentar maranhense, que teria sido beneficiado em suposta fraude às cotas de gênero nas eleições de 2018.

O julgamento virtual está previsto para começar no dia 6 de agosto e a data de fim prevista é 16 do mesmo mês.

Pará Figueiredo é filho de José Joaquim Figueiredo dos Anjos, desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão e atual presidente da TRE maranhense.

A defesa do deputado, feita pelo escritório Daniel Leite & Advogados Associados, nega que ele tenha sido beneficiado com a suposta fraude nas cotas.